

10 ALERTAS REDD

sobre
para COMUNIDADES



Sobre esta cartilha

O objetivo principal desta cartilha é informar às comunidades sobre os graves problemas que um projeto REDD costuma causar para os sujeitos envolvidos. O WRM tem visitado várias dessas comunidades nos últimos anos. Elas, sem exceção, têm muita coisa para contar. Foi isso que nos motivou a escrever esta cartilha: compartilhar experiências com outras comunidades que correm o risco de também serem afetados por um projeto REDD.

O WRM acredita que o intercâmbio de informações é de suma importância para que comunidades possam saber mais sobre os possíveis impactos por parte de quem já os sofreu, antes de decidir se vão aceitar ou não esse tipo de projeto.

Boa Leitura!

Equipe do WRM

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

WRM, 2012

Edição: Luciana Silvestre Girelli

Agradecimentos: Fabrina Furtado e Jutta Kill

Apoio:

FUNDAÇÃO

HEINRICH BÖLL BRASIL

■■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG
BRASIL



Introdução

Cerca de 300 milhões de pessoas no mundo, como mulheres e homens indígenas, extrativistas, camponeses e outras populações tradicionais, dependem diretamente das matas tropicais para sua sobrevivência. A vida dessas pessoas tem se tornado cada vez mais difícil. Seus territórios têm sido e continuam sendo invadidos e saqueados por madeireiras; empresas em busca de minérios, petróleo, gás e carvão mineral; fazendeiros e empresas que querem criar gado ou plantar monoculturas de árvores ou alimentos e empresas que querem construir grandes hidrelétricas para vender energia. Dessa maneira, já se desmatou muito, causando uma grande destruição, muitas vezes, com apoio dos governos.

Os planos desses governos para evitar o desmatamento não têm dado muito resultado, ao contrário. Muitas vezes, eles criam ainda mais problemas para as comunidades que dependem da mata. Por exemplo, comunidades têm sido expulsas de seus territórios em função da criação de parques naturais ou outras áreas de proteção ou conservação.

A mais nova proposta que os governos estão promovendo para evitar a destruição da mata é chamada REDD ou REDD+, palavrinhas que muita gente já ouviu falar. Muitas vezes, os promotores do REDD vêm fazer seus projetos em áreas de matas tropicais, onde vivem comunidades que dependem da mata para sua sobrevivência.

Para essas comunidades, o desmatamento nunca foi uma prática comum. Costumam cortar algumas árvores para suas necessidades básicas ou limpam uma pequena área da mata para produzir alimentos, sendo que esses locais costumam se recuperar. Destruir áreas de mata não faz sentido para as comunidades, porque seria como destruir a própria “casa”. As comunidades que provocam algum desmatamento em maior proporção, geralmente, já perderam parte do território tradicional para grandes empresas ou fazendeiros.

O que ocorre muito é que, nas áreas onde se promove um projeto REDD, pouca gente sabe o que ele realmente significa. Muitas pessoas já ouviram falar pelos promotores do REDD que o projeto é necessário por causa das mudanças climáticas, como mais chuvas, mais secas ou o tempo mais quente. Os promotores do REDD dizem que parar de desmatar é necessário para que esses problemas sejam amenizados e para



preservar o que resta da mata. Dizem também que é preciso reflorestar e recuperar as áreas destruídas. Além disso, sempre falam que o projeto vai beneficiar a comunidade, por exemplo, com emprego, dinheiro e/ou projetos sociais. É mais pela promessa da melhoria de vida que a comunidade costuma aceitar o projeto REDD.

Vejamos este depoimento da República Democrática de Congo

“Nós concordamos com as atividades do projeto REDD. Se tiver problemas, não seremos nós que vamos levá-los. Há carbono na mata e nos concordamos em não destruir a mata. Isso vai abrir a porta para o desenvolvimento....” (1)

**Mas será que um projeto REDD
é bom mesmo para a comunidade
como um todo?**

**Será que vai abrir as portas
para uma vida melhor?**

1 - http://www.wrm.org.uy/subjects/REDD/DRC_REDD_en.pdf

O que é REDD?

REDD é a sigla para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal.

Quando foi lançada a ideia do REDD?

A proposta foi lançada com esse nome pela primeira vez em 2005, durante uma das conferências anuais da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a questão do clima. Nessas conferências, governos discutem o problema das mudanças climáticas e do aquecimento global, e a expectativa é que delas pudessem sair medidas para solucionar esses graves problemas.

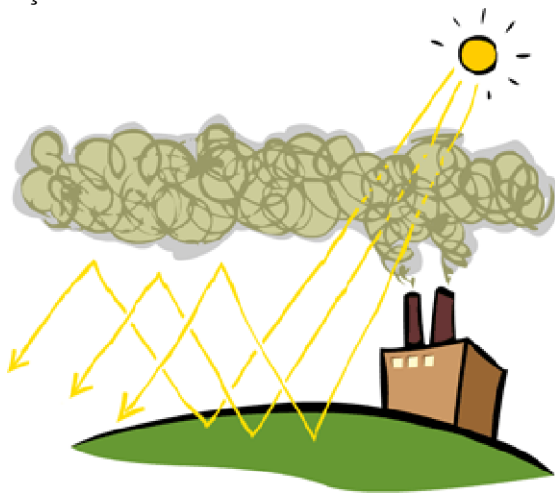
O que causa as mudanças climáticas e o aquecimento global?

A partir do início da Revolução Industrial, há cerca de 200 anos, ocorreu um aumento drástico do uso dos combustíveis fósseis – petróleo, carvão mineral e gás natural – para se obter energia. Isso possibilitou a produção capitalista industrial e o consumo em massa. O resultado dessa escalada de consumo de petróleo, carvão mineral e gás tem sido a emissão de um grande



volume de gases na atmosfera, principalmente o CO₂ (dióxido de carbono, que é o carbono na forma de gás), o que tem levado ao chamado "efeito estufa", gerando o aquecimento global, que está mudando o clima do planeta muito rapidamente.

Para frear o aquecimento global, é fundamental parar de queimar combustíveis fósseis, o que só será possível com a mudança do modelo de produção, comercialização e consumo.



Quem são os responsáveis e o que eles fizeram para frear o processo?

Apesar de se tratar de um processo global, as causas do aquecimento não têm sido "globais" e nem todos os seres humanos têm culpa por essa situação.

Historicamente os maiores responsáveis pelas emissões dos gases de efeito estufa são um conjunto de atores, incluindo grandes empresas transnacionais e instituições do capital financeiro, que se beneficiam muito desse modelo de produção e consumo em massa dependente dos combustíveis fósseis, e têm interesse em mantê-lo. Em sua maioria, esse conjunto de atores se concentra nos países industrializados do Norte, incluindo América do Norte, Europa e Japão. Os governos desses países ainda não quiseram tomar as medidas necessárias para reduzir as emissões de gases porque isso afetaria profundamente os interesses de suas grandes empresas e instituições financeiras.

E o que o REDD tem a ver com tudo isso?

O REDD foi uma das falsas soluções apresentadas e apoiadas por governos e empresas que buscam evitar a redução real de emissões em seus países.

Os promotores do REDD argumentam que, na medida em que o desmatamento, sobretudo em países tropicais, contribui com algo em torno de 15% para todas as emissões de CO₂ no mundo, evitá-lo, além de preservar as florestas, ajudaria a reduzir a quantidade desse gás liberada na atmosfera. Ao mesmo tempo, os promotores do REDD argumentam que, como as



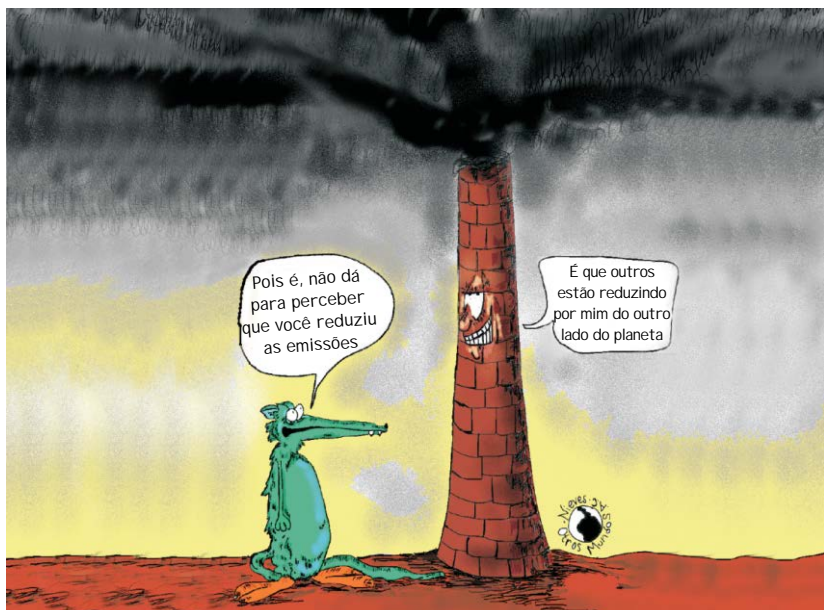
árvores absorvem CO₂ para crescer, a floresta poderia absorver parte do gás emitido pela queima de petróleo, carvão mineral e gás natural. Eles argumentam que isso ajudaria a reduzir o impacto das mudanças climáticas.

Mas isso funciona?

Não. Em primeiro lugar, a proposta do REDD não funciona porque não enfrenta a causa principal do problema: o modelo de produção, comercialização e consumo em massa. Ao defender medidas como o REDD e atendendo aos interesses dos grandes capitalistas, mantém-se a crença de que é possível resolver o problema preservando esse modelo.

Em segundo lugar, o mecanismo do REDD não funciona porque parte do pressuposto de que, evitando-se emissões de carbono do desmatamento, é possível permitir a continuação da queima de combustíveis fósseis. Por que isso não funciona? Porque para o clima, há uma diferença muito importante entre dois tipos de carbono: por um lado, o carbono que é emitido quando ocorre o desmatamento algo que faz parte do ciclo natural do carbono emitido e absorvido por vegetais. Por outro lado, há outro carbono que é liberado ao se extrair e queimar petróleo, gás ou carvão

mineral. Este último aumenta o estoque total de carbono na atmosfera porque se trata de carbono que esteve guardado no subsolo durante milhões de anos. Mesmo que os vegetais consigam absorver parte desse carbono adicional, fazem isso apenas temporariamente, porque, quando a planta morre, quando há desmatamento ou fogo, o CO₂ é novamente emitido, voltando para a atmosfera.



Mas, mesmo assim, o REDD pode ser uma solução para as mudanças climáticas?

Não. Mesmo que seja importante reduzir o desmatamento e conservar as florestas por inúmeras

razões, entre elas, pelos povos que delas dependem, usar projetos de REDD para sugerir que isso poderia compensar emissões de petróleo, carvão mineral e gás em algum outro lugar do planeta atrasa decisões que lidem com aquilo que causa diretamente as mudanças climáticas: o uso industrial de combustíveis fósseis. E se apostarmos na ideia de que projetos de REDD podem compensar emissões de combustíveis fósseis, com o tempo, a quantidade de CO₂ na atmosfera só aumentará e o problema das mudanças climáticas se agravará.

Ainda assim, o REDD tem conquistado muito apoio. Por quê?

O apoio entre os países com florestas tropicais se explica facilmente, porque o REDD é visto por eles como uma oportunidade. Eles sabem que o REDD pode gerar dinheiro, desde que se comprometam a evitar o desmatamento.

As ONGs conservacionistas que querem preservar as florestas também se empolgaram porque, com o REDD, visualizam uma oportunidade para combater o desmatamento e conseguir recursos para aumentar as áreas de florestas preservadas.

Também os países poluidores abraçaram com entusiasmo a ideia, porque seria uma forma relativamente fácil de darem uma resposta ao problema sem precisar reduzir suas emissões, vendendo a ideia de que estariam compensando a poluição.

Outro grupo, ligado ao chamado capital financeiro, também se interessou muito. São bolsas de valores, fundos e bancos de investimentos, que enxergaram no REDD um novo mercado.

Um mercado? Como assim?

No mundo capitalista, que quer transformar tudo em mercadoria, os promotores do REDD pensaram, desde o início, que o REDD deveria funcionar através de um mercado. Só um mercado poderia gerar o dinheiro necessário para conservar as florestas no mundo. A mercadoria inventada e a ser negociada se chama "crédito de carbono". Um "crédito de carbono" é nada mais que um papel, um documento, que representa uma tonelada de CO₂ em alguma área no mundo onde haja um projeto que alegue estar reduzindo as emissões de CO₂. No caso do REDD, o crédito de carbono representa a alegação de que uma tonelada de CO₂ estaria sendo armazenada por não desmatar.

Como saber quantos “créditos” podem ser vendidos, ou seja, como determinar quantas emissões de CO₂ serão evitadas com o projeto de REDD?

Para saber quantos créditos de carbono serão gerados a partir de cada projeto, os promotores do REDD dizem que é preciso fazer uns cálculos, bastante complicados.

Inicialmente, seria necessário calcular quanto carbono há em uma área com floresta onde se propõe fazer um projeto de REDD. Isso é difícil ou impossível; hoje, não existe um método que faça esse cálculo de CO₂ de forma confiável; por isso, os técnicos usam modelos aproximados e bastante complicados. São estudos que consomem muito dinheiro, mas é impossível chegar a um cálculo preciso e tampouco se conseguem verificar os números que resultam desse cálculo. Esses números podem variar em mais de 50%, entre um estudo e outro.

Mas é preciso fazer outro cálculo, ainda mais complexo. Trata-se de saber a quantidade de carbono que a floresta terá futuramente com sua proteção proposta no projeto de REDD um prazo que se costuma estabelecer no acordo firmado entre o vendedor e o comprador dos “créditos de carbono”.

Há ainda um terceiro cálculo realmente impossível de fazer, mas, ao mesmo tempo, essencial para comercializar créditos de carbono: a quantidade de carbono que a floresta teria no caso de não haver nenhum projeto de REDD. É um cálculo ainda mais imaginário do que os outros dois, porque, com o projeto de REDD sendo realizado, ninguém jamais saberá dizer o que teria acontecido sem esse projeto.

Por que esses cálculos são tão importantes? Porque o comprador de um “crédito de carbono” compra o “direito de emitir” uma tonelada a mais de carbono que não poderia emitir. O crédito dá o direito ao comprador de alegar que os danos causados por suas emissões de carbono foram neutralizados. Ou seja, o crédito justifica uma emissão extra e, portanto, a redução também deve ser extra, em um nível que não teria ocorrido sem o projeto de REDD.

Descontando a quantidade de carbono que se espera armazenar na floresta fazendo o projeto de REDD da quantidade de CO₂ que se imagina que a floresta teria sem o projeto, tem-se a quantidade de emissões de carbono que o projeto afirma ajudar a evitar.

Isso resulta num cálculo confiável?

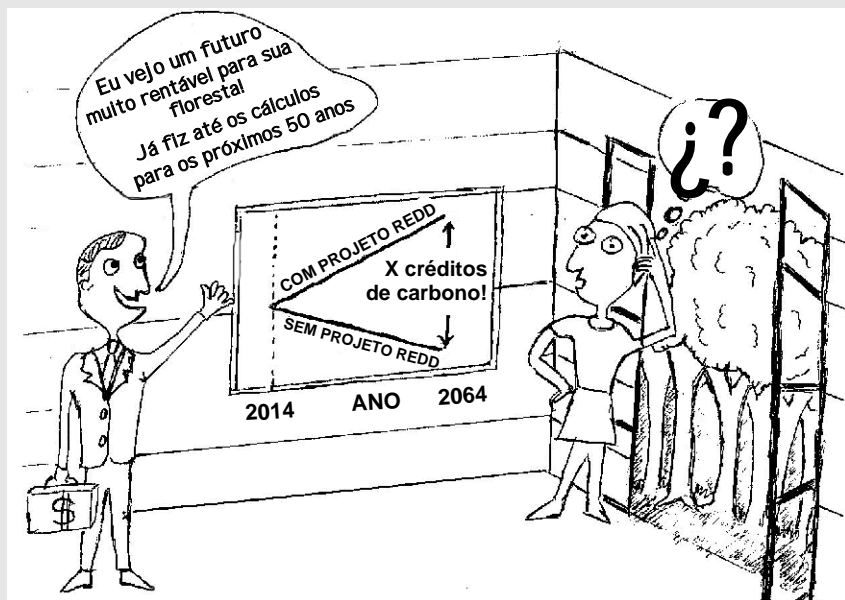
Não. A lógica desses cálculos mostra, por um lado, que eles não são confiáveis. Mas, para produzir algo que seja aceitável ao mercado de carbono, que quer saber se o crédito de carbono a ser negociado é confiável, produz-se uma quantidade enorme de documentos, envolvendo uma grande quantidade de consultores. Primeiro, para realizar o trabalho de cálculos, segundo, para verificar e auditar este trabalho e, terceiro, para certificar o projeto e dar garantias ao mercado de que o “crédito de carbono” de fato existe e é confiável.

E como estabelecer o preço do carbono?

O preço que um documento de “crédito de carbono” pode render depende de quanto vale o crédito, o que, na teoria, é determinado no mercado de oferta e demanda de carbono, ou

numa negociação entre consultores e o comprador. Seu preço nos últimos anos oscilou entre 12 e 26 reais (US\$ 5-12) por tonelada. Estima-se que os consultores e técnicos envolvidos nos estudos de cálculos do carbono absorvam mais da metade do valor do “crédito de carbono” para pagar por seu trabalho. Lembrando também que o valor imenso de toda a floresta impossível de se traduzir em preços não é levado em consideração, e o que vale é o valor monetário do carbono.

Além disso, o REDD exige dos Estados que façam legislações para estabelecer regras sobre o funcionamento e a fiscalização do mercado de carbono, dando garantias aos comerciantes do CO₂. Essas legislações também são bastante complexas, como a que já existe no Acre, no Brasil.



Até agora, falamos de REDD, mas também se fala de REDD+ e REDD++? O que é isso?

O REDD+ foi lançado em 2009 e amplia a proposta do REDD, incluindo os seguintes itens: “conservação de estoques de carbono florestal”, “manejo florestal sustentável” e “fortalecimento de estoques de carbono florestal”. Significa que qualquer área florestal com uma proposta de manter uma floresta “em pé”, mesmo com projetos de “manejo sustentável” que continuem destruindo a floresta, apenas mais gradativamente, pode conseguir um projeto de REDD+. Ou que projetos para regenerar uma área plantando monocultivos de árvores de eucalipto, inclusive transgênico, poderiam conseguir um projeto de REDD+.

Por que essa ampliação do REDD para REDD+? Porque a ideia original do REDD criou dificuldades para que todos os países pudessem receber recursos. Por exemplo, países com muitas florestas tropicais, mas com uma taxa de desmatamento baixa, não poderiam ganhar dinheiro com a proposta original do REDD por falta de argumentação que sustente que projetos de REDD nas suas florestas pudessem gerar muitos créditos de carbono, pois a taxa de desmatamento já era muito baixa. A eles interessava incluir a opção de “conservação de estoques de carbono florestal”, ou seja, manter as florestas existentes como uma forma

de também poder receber dinheiro vendendo créditos de carbono.

O REDD++ amplia ainda mais o conceito do REDD+ para além de florestas, incluindo agricultura e outros usos do solo.



plantações não são florestas!

Por fim

Desde 2005, governos com florestas tropicais, empresas de consultoria e grandes ONGs preservacionistas têm recebido volumosos recursos para se preparar para o REDD. Surgiram dezenas de projetos-piloto de REDD para buscar implementar a proposta na prática e mostrar que o mecanismo pode funcionar bem. O REDD já entrou em áreas onde vivem comunidades que dependem das florestas. Os 10 alertas que seguem se baseiam nessas experiências práticas de comunidades com o REDD.

ALERTA 1

Uma proposta que vem de fora, de “cima para baixo”

REDD é uma palavrinha que, na verdade, é uma sigla em inglês. Essa simples constatação mostra que se trata de uma proposta que não vem de nenhuma comunidade, de nenhum povo que vive ou depende da mata. Ao contrário, é uma proposta que vem de fora, de “cima para baixo”, como, por exemplo, as monoculturas de eucalipto e soja, a mineração, as grandes hidrelétricas, e outras mais.

Para que atividades propostas no território de uma comunidade possam beneficiá-la, é fundamental que essas propostas sejam construídas pelos membros da comunidade. Não devem ser impostas de fora. Esse é o primeiro grande problema do REDD.



Uma proposta que implica restrições e proibições para as comunidades

Como os parques naturais ou as áreas de “proteção”, um projeto REDD também significa uma série de restrições e proibições para as comunidades, para seu modo de vida e formas de uso tradicionais da mata. Isso às vezes envolve parte do seu território, às vezes todo o seu território.

Por exemplo, em comunidades que convivem com um projeto REDD, é comum proibir que membros da comunidade cortem uma árvore para fazer uma canoa ou uma casa, e também de caçar e pescar. Às vezes, se proíbe também de fazer coleta de produtos da floresta como frutas, plantas medicinais e alimentos. Quem se atrever a fazer uma dessas coisas pode contar com a perseguição da polícia ou de um guarda privado do próprio projeto REDD.

Os projetos REDD costumam determinar que mulheres e homens de comunidades não podem mais usar as florestas como usavam antes. Isso significa uma violação da sua cultura, tradição e modo de vida. Não podem mais ser o que eram antes da implantação do REDD.

ALERTA 3

REDD ameaça a soberania alimentar

Uma das atividades que sempre costuma sofrer restrições é fazer roça na mata, uma atividade essencial para a grande maioria das comunidades. Às vezes, o que ainda é permitido é alguma forma de agricultura permanente, num único lugar já desmatado. Mas, em alguns casos, nem isso é permitido.

Proibir a comunidade de produzir seu próprio alimento do seu modo não só desrespeita seus costumes e conhecimento tradicional, mas ameaça também a sobrevivência e a soberania alimentar, ou seja, a capacidade de produzir seu alimento, hoje e futuramente, e de contribuir com a alimentação do povo da região onde vive.



REDD significa ter controle sobre o território das comunidades

Os que promovem os projetos REDD querem ter o controle sobre a área do projeto, pois precisam comprovar, para aqueles que os financiam, que o desmatamento na área foi reduzido e que o “perigo” proporcionado pela comunidade foi controlado.

Em outros períodos, as madeiras saqueavam a madeira dos territórios das comunidades para fazer lucro. Ao invés disso, os promotores do REDD deixam as árvores onde elas estão, mas possuem o mesmo objetivo de acumular dinheiro.

Isso ocorre porque há o que eles chamam de carbono armazenado nas árvores. Argumentam que o carbono que é liberado quando se queima a árvore é parecido com o carbono que é liberado quando empresas queimam, por exemplo, o petróleo, e o que faz o clima mudar.

Governos e empresas justificam que podem continuar queimando o petróleo, sem que isso afete o clima, se eles pagarem alguém para não liberar carbono. Por isso, agora há empresas interessadas em “comprar”



carbono, mais precisamente, comprar o direito para liberar carbono, pagando a alguém que garanta que vai manter carbono em árvores na floresta. Então, garantir o carbono, ou seja, garantir que as próprias árvores fiquem em pé pode resultar em dinheiro, o que interessa aos promotores do REDD.

É por isso que os que promovem o REDD buscam controlar o território, o que geralmente significa um conflito com as comunidades que lá vivem, ainda mais se tiverem seu território já reconhecido ou demarcado.

Mas também costuma significar um problema para comunidades que ainda buscam assegurar os direitos sobre seu território e o uso da mata, pois os promotores de REDD vão procurar o carbono onde mais tem árvores em pé, onde vivem as comunidades. Veja um trecho de uma carta assinada por comunidades da Indonésia afetadas por um projeto REDD:

“Eles [o promotor do projeto REDD e o governo local] não mostram nenhuma boa vontade para encontrar uma solução em relação ao problema de reconhecimento e respeito aos direitos das comunidades sobre seu território.” (2)

O REDD, na prática, não se trata de reconhecer direitos de comunidades. Trata-se de uma apropriação, de obter o controle sobre o território. Com isso, a luta das comunidades por seus direitos territoriais tende a se complicar ainda mais.

2 - <http://www.redd-monitor.org/2012/09/11/controversy-surrounding-australias-kalimantan-forest-and-climate-partnership-redd-project-deepens/#more-12901>

ALERTA 5

O projeto REDD costuma criar divisão na comunidade

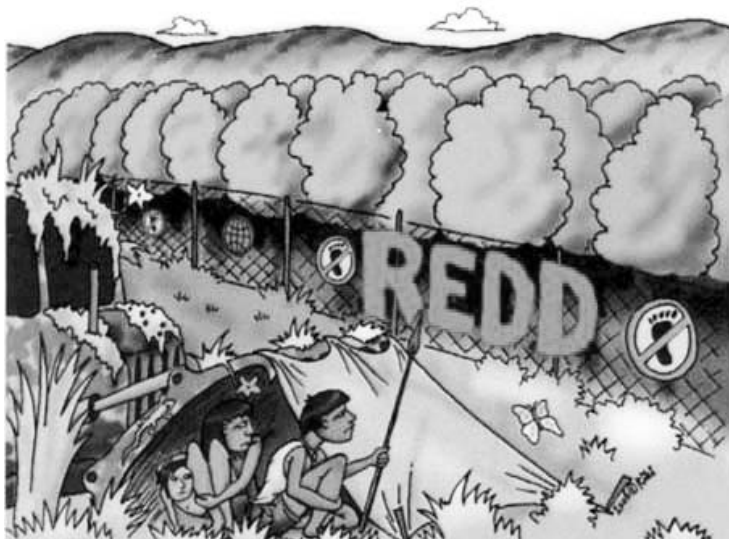
Para ganhar o apoio da comunidade e evitar que ela continue usando a floresta como antes, os promotores do REDD costumam oferecer algo em troca para a comunidade, por exemplo, emprego, dinheiro ou financiamento para um projeto social. Seria uma maneira de compensar as perdas sofridas pelo fato de não poderem mais usar a mata.

Os projetos REDD costumam empregar pessoas da própria comunidade para que sejam guardas florestais. Sua tarefa é vigiar outros membros da comunidade para ver se estão contrariando as “regras” impostas pelo projeto de proibição do corte de árvores, da caça e pesca e do cultivo da roça na mata. O REDD coloca um contra o outro, um para vigiar o outro.

Outro problema pode surgir quando os promotores do REDD oferecem dinheiro para a comunidade e costumam criar ou exigir a existência de alguma organização comunitária para administrar os recursos. A criação de uma nova organização como resultado da imposição do projeto REDD costuma causar conflitos com a organização tradicional da comunidade.

Difícilmente, o projeto REDD se preocupa em dar emprego e benefícios para toda a comunidade. Por isso, costumam existir alguns beneficiados e, por outro lado, outros que não foram beneficiados. Os mais empobrecidos geralmente são excluídos: não conseguem ser empregados e tampouco costumam receber dinheiro ou participar de um “projeto comunitário”.

Um resultado bem comum de tudo isso é a criação ou aumento da divisão na comunidade, o que afeta negativamente sua capacidade de organização, algo fundamental para lutar contra os impactos negativos do projeto e garantir ou retomar o controle do território.



ALERTA 6

O projeto REDD não ajuda a resolver problemas comuns das comunidades

Os promotores do projeto REDD só têm um único objetivo central: “vender” o carbono. Por isso, eles argumentam que o desmatamento pelas comunidades precisa ser controlado, evitado. Só assim conseguem fazer dinheiro com o projeto.

Significa que o projeto não vem resolver problemas comuns em muitas comunidades, como a falta de reconhecimento dos direitos sobre o território ou problemas nos serviços da saúde, educação, transporte, comercialização da produção comunitária, ou seja, a falta de políticas públicas de qualidade. Esses problemas, que costumam existir há muito tempo na comunidade, não serão resolvidos e nem são de responsabilidade do projeto REDD.

Por isso, ouvimos muitas vezes das comunidades que, depois que o projeto REDD foi implementado, a vida piorou porque ele impõe restrições às pessoas, beneficia a poucos e não resolve os principais problemas da comunidade.

O projeto REDD ameaça a permanência da comunidade

Comunidades que vivem numa área escolhida para um projeto REDD são vistas como um “problema”. Elas são “conscientizadas”, convencidas de que precisam preservar a floresta, mudar seu modo de vida. Mas cuidar da mata é exatamente algo que já sabem fazer e sempre fizeram e não precisam de “aulas” sobre esse tema.

Se as comunidades não seguem as regras impostas pelo projeto, as pessoas costumam ser perseguidas, perdendo sua autonomia e liberdade. A comunidade como um todo perde com isso. As famílias, se sentindo mais isoladas, com medo e sem condições de trabalhar, começam a buscar alternativas fora da comunidade, geralmente na cidade. Com isso, as pessoas começam a sair e a comunidade se enfraquece.

ALERTA 8

O projeto REDD não vai evitar a destruição da mata

Os projetos REDD são realizados numa determinada área de mata. O que acontece fora desse espaço continuará, dando lugar à mineração, exploração de petróleo, grandes hidrelétricas, monoculturas, pasto, etc. Muitas vezes, as comunidades se perguntam: porque não tentam evitar esse desmatamento?

E quem financia o projeto REDD? Além de governos, incluem-se indústrias poluidoras que querem mostrar que “compensam”, de alguma forma, sua poluição em outro lugar. Mas o problema é que, se essa poluição continua, o futuro das florestas continua ameaçado com as mudanças no clima. Além disso, as matérias prima que essas indústrias necessitam, como minerais, petróleo, carvão mineral e eletricidade de grandes hidrelétricas, vêm muitas vezes de áreas com matas, causando mais destruição, incêndios florestais, mudanças no clima. As empresas continuam poluindo e desmatando, mas com REDD podem dizer que não têm problema porque elas injetam dinheiro em projetos e áreas onde o desmatamento estaria sendo “reduzido”.

Os projetos REDD não conseguem resolver esse ciclo de destruição. Na verdade, REDD é parte desse ciclo. Significa que o futuro das matas tropicais continua muito ameaçado, mesmo com o REDD.

Grandes empresas envolvidas em projetos REDD também têm interesse, como é o caso do próprio projeto REDD, em ter cada vez mais controle sobre os territórios que pertencem às comunidades para que, em algum momento no futuro, possam implementar seus projetos destrutivos.



ALERTA 9

Não são apenas as comunidades que dependem da mata que sofrem

Como dissemos antes, aquelas que financiam projetos REDD incluem empresas poluidoras, liberando o chamado carbono. Por exemplo, empresas que exploram petróleo no Canadá. Essas empresas afetam profundamente a vida de comunidades indígenas canadenses. A solução para isso seria parar com essa exploração e poluição lá. Mas não é isso que o projeto REDD propõe, ao contrário.

O projeto REDD propõe que empresas que poluem, por exemplo, no Canadá, podem “compensar” essa poluição financiando “florestas em pé” e evitando o desmatamento em outros lugares, como Brasil, República Democrática do Congo ou Indonésia.

Vemos então que não só povos e comunidades que vivem nas matas tropicais sofrem com projetos REDD. Muitas vezes, também sofrem comunidades distantes de lugares onde se localizam as empresas poluidoras que financiam o projeto REDD. Os indígenas canadenses que o digam.

O resultado final: uma injustiça muito grande

Nos projetos REDD em andamento, sempre vemos um pequeno grupo que consegue se beneficiar do projeto. Entre elas, por exemplo, grandes ONGs, técnicos do Estado, consultores. Elas se ocupam da coordenação do projeto e das questões “técnicas” como verificar se, de fato, o desmatamento foi evitado. Muitas podem entrar nos territórios das comunidades quando querem.

Também as empresas poluidoras se beneficiam quando financiam um projeto REDD porque podem continuar poluindo ou poluir ainda mais e dizer, ao mesmo tempo, que têm esse “direito” porque estão preservando a mata, a natureza, mas em outro lugar.

A comunidade que sempre cuidou e conviveu com a mata, na sua grande maioria, não é ou é pouco beneficiado. E mais: a comunidade é acusada de desmatar enquanto as empresas poluidoras não são. E ainda costuma ser punida se quiser tentar manter seu modo de vida que depende da mata. E ainda por cima correm o risco de ser expulsos do lugar onde sempre viveram.

Como combater a grande poluição e conservar as matas tropicais?

Por um lado, não é difícil de entender o que é REDD. As comunidades afetadas por projetos REDD costumam entendê-lo facilmente dizendo que há um problema de poluição num lugar distante da sua comunidade e que os promotores do REDD estão tentando resolver esse problema dentro do território da comunidade, ou seja, dentro da sua “casa”. Por isso, aquelas que sofrem com um projeto REDD costumam sugerir que o problema da poluição seja resolvido lá onde surgiu, e não no seu território, causando mais problemas para elas.

Veja o depoimento de um afetado por um projeto REDD no Brasil:

“agora nós também imprensados aqui para mandar [o carbono] para lá. Aí que tá errado. Eles que acabaram lá que façam lá. Sofremos aqui para poder ajudar eles de lá” (3)

O que talvez seja difícil ou até impossível de entender em relação ao REDD é como empresas poluidoras

3 - <http://www.fern.org/pt-br/publications/briefing-note/sofremos-aqui-para-ajuda-los-la>

podem afirmar que evitando o desmatamento num lugar daria a elas a permissão de continuarem poluindo ou destruindo num outro lugar? Essa parte da história está realmente mal explicada e isso também é bastante simples porque carece de lógica. Como a poluição em um lugar pode ser compensada por uma atividade a milhares de quilômetros de distância? E ainda por cima resultar em novos negócios, como a compra e venda daquele carbono, com o chamado mercado de carbono?



Uma solução lógica e bem mais simples e sensata para os grandes problemas de poluição seria parar a poluição onde ela está surgindo. Sabe-se também que a melhor forma de cuidar da mata é garantir aos povos da floresta e demais comunidades que dependem dela seus direitos territoriais e de usufruto e apoiar, além de contribuir com suas formas de conservação e manejo do território.

Se é para resolver mesmo o problema de desmatamento, da destruição da mata, é preciso enfrentar e proibir suas causas diretas que são, por exemplo, as práticas de mineração, de construção de grandes hidrelétricas, estradas, de plantios de monoculturas em grandes extensões de terra e outras atividades destruidoras.

É também necessário mudar o grande consumo de todo tipo de produto e de energia por apenas uma minoria da humanidade, o que mais ocorre nas grandes cidades, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. Tudo isso incentiva de forma indireta a destruição da floresta.

A boa notícia é que cresce no mundo inteiro a resistência contra REDD. Comunidades se organizam cada vez mais para garantir e reconquistar o controle e uso coletivo dos seus territórios. Um passo importante dessa luta é saber de outra comunidade o que realmente aconteceu com REDD. É saber que a luta é de várias comunidades, é saber que se juntando e se organizando é possível parar essa nova forma de destruição.

Alguns links de filmes sobre o tema, sempre com depoimentos de pessoas já afetados por projetos REDD e que buscam defender suas terras:

O Álibi de Co2

<http://www.carbontradewatch.org/video/the-co2-alibi.html>

Sofremos aqui para ajuda-los lá

<http://www.fern.org/pt-br/publications/briefing-note/sofremos-aqui-para-ajuda-los-la>

Território em disputa: a Economia Verde versus a Economia das Comunidades.

http://wrm.org.uy/Videos_Esp/Territorio_em_Disputa_intro.html

A darker shade of green: REDD alert and the future of forests em ingles:

<http://www.youtube.com/watch?v=FPFPUhsWMAQ>

em espanhol:

http://www.youtube.com/watch?v=KwHn4_fsKyA&feature=relmfu

A conexão de carbono <http://www.carbontradewatch.org/carbon-connection/index.html>

Links para algumas declarações críticas sobre REDD:

Declaração da Aliança Mundial de Povos Indígenas e Comunidades Locais contra a REDD e pela Vida durante a conferência Rio+20

<http://www.redd-monitor.org/2012/06/19/no-redd-in-rio-20-a-declaration-to-decolonize-the-earth-and-the-sky/#po>

Declaração de representantes de povos indígenas, chamada Kari-Oca 2 , durante a conferência Rio+20

<http://indigenous4motherearthrioplus20.org/kari-oca-2-declaration/>

Apoiam esta publicação:

FÓRUM MUDANÇAS CLIMÁTICAS
E JUSTIÇA SOCIAL
Site: www.fmclimaticas.org.br
Email: fclimaticas@gmail.com



Fórum
Mudanças Climáticas
e Justiça Social

GRUPO CARTA DE BELÉM
Blog: <http://grupocartadebelem.wordpress.com/>

REDE BRASIL SOBRE INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS MULTILATERAIS
Site: www.rbrasil.org.br
Email: rbrasil@rbrasil.org.br



Rede Brasil
sobre instituições financeiras multilaterais

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
Site: www.cimi.org.br



FUNDAÇÃO
HEINRICH BÖLL BRASIL
Site: <http://br.boell.org/>



HEINRICH BÖLL STIFTUNG
BRASIL



Movimento Mundial
pelas Florestas Tropicais
Outubro 2012

Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985
<http://wrm.org.uy> - wrm@wrm.org.uy